

CRIME QUE DIVIDE

Caso Gritzbach gera desgaste entre polícias de São Paulo, e PM faz investigação paralela

ALINE RIBEIRO E GUILHERME QUEIROZ
@alinemrbr e @gqueroz
SÃO PAULO

Enviado ontem à Justiça, o inquérito sobre a execução do corretor de imóveis e delator Antônio Vínicius Gritzbach no Aeroporto de Guarulhos, em novembro do ano passado, agravou uma disputa histórica entre as polícias Civil e Militar de São Paulo. A investigação indiciou seis pessoas, inclusive quatro PMs. Mas a Polícia Militar trabalha em uma apuração paralela à da força-tarefa da Polícia Civil comandada pelo secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Osvaldo Nico, embora não tenha a atribuição para investigar assassinatos.

A apuração da PM é justificada pelo argumento de que é preciso punir os agentes envolvidos no caso por condutas não previstas no regulamento disciplinar da corporação, como fazer bico fora do horário de trabalho (policiais militares faziam a segurança privada do delator). A Inteligência e a Corregedoria da PM estão com um laboratório dedicado a analisar as transações financeiras, dados digitais de celulares e material telemático dos atiradores envolvidos na execução de Gritzbach.

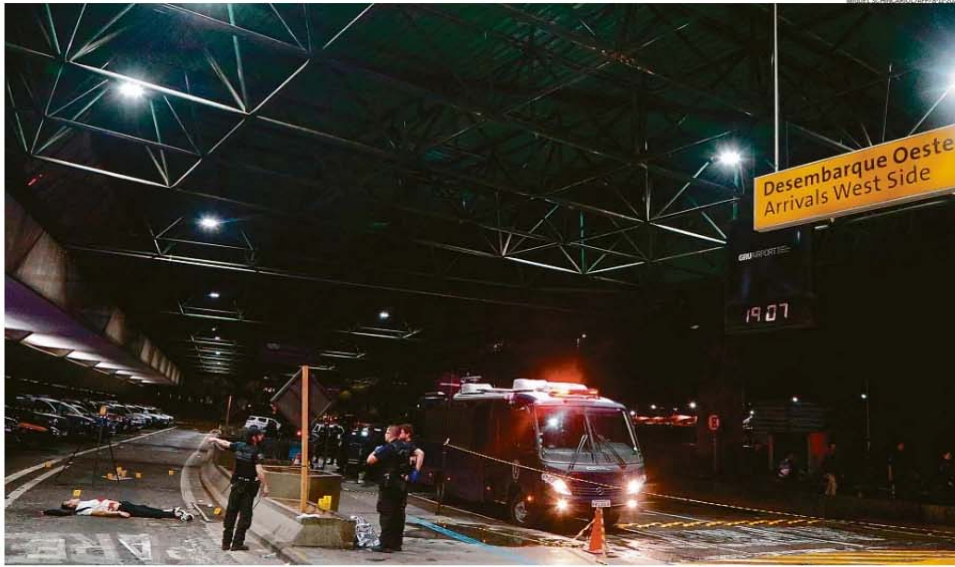
A corporação também analisa o material encontrado com os PMs que faziam a escolta do delator, apesar de o caso ter sido considerado encerrado pela Polícia Civil. Segundo o GLOBO apurou, há equipes dedicadas exclusivamente a dar continuidade à investigação que busca apurar a conduta dos executores, todos policiais militares.

A Polícia Civil anunciou a conclusão do caso pouco mais de três meses depois do crime, no dia 13 de fevereiro, indicando como mandantes da execução Emílio Carlos Gongora Castilho, conhecido como Bill ou Cigarreira, e seu amigo, Diego dos Santos Amaral, o Didi — ambos foragidos. Também foram indiciados os PMs Fernando Genauro, Dênis Antônio Martins e Ruan Silva Rodrigues, apontados como executores, e Kauê do Amaral Coelho, que teria informado o grupo sobre a chegada de Gritzbach ao aeroporto.

RESSALVAS

Uma ala da força-tarefa criada para investigar a execução de Gritzbach, entretanto, vê o desfecho com ressalva. Na avaliação desses integrantes, a Polícia Civil não conseguiu estabelecer uma conexão concreta entre Cigarreira, os PMs Dênis e Ruan, suspeitos de terem feito os disparos, e Genauro, tenente da corporação apontado como o motorista do carro usado pelos assassinos.

Além disso, Cigarreira estaria em tratamento perma-



Caso semiencerrado. Peritos perto do corpo de Vínicius Gritzbach no Aeroporto de Guarulhos: PM também apura morte alegando que apura conduta de agentes que faziam escolta de delator



Vítima. Gritzbach deu desfalque no PCC



Indiciado. Dênis é suspeito de ter atirado



Foragido. Kauê teria sido o olheiro na execução

“A Polícia Militar está fazendo a parte dela e nós a nossa”

Ivalda Valeixo, diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, na entrevista da força-tarefa sobre o assassinato que anunciou o envio do inquérito à Justiça

nente contra uma doença, não teria mais condições de atuar na linha de frente do PCC, e não teria como decidir a morte do empresário. A polícia chegou a procurá-lo em hospitais.

Três coronéis da cúpula da PM em São Paulo ouvidos pelo GLOBO, além de delegados da PF ligados ao caso, questionam os argumentos do pedido de prisão dos dois supostos mandantes. Também há suspeitas dentro da PM de vazamentos seletivos ao longo da investigação da força-tarefa, na tentativa de preservar possíveis envolvi-

mentos da Polícia Civil.

Um dos supostos vazamentos é ligado ao mandado de prisão de Kauê. Um coronel da cúpula da PM em São Paulo lembrou que, antes mesmo de dar início ao cumprimento do mandado de prisão, a Polícia Civil divulgou a imagem e a qualificação do indiciado como olheiro do grupo que cometeu o crime.

Outra operação em que há suspeita de vazamento foi feita pela Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo, que prendeu 15 agentes da corporação em janeiro. Os pedidos de busca e apreensão ficaram no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo durante 12 dias, aguardando aprovação.

Também provocou estranhamento na PM as circunstâncias da prisão de Ruan Silva Rodrigues. Ao identificá-lo como suspeito, a PM compartilhou a informação com a Polícia Civil para que fosse pedida sua detenção. No dia seguinte, Ruan foi trabalhar sabendo que seria preso, segundo um

coronel a par das investigações. Ele chegou a pedir licença ao batalhão em que estava lotado, o que o fez ser retido pela Corregedoria da PM até que saísse o mandado de prisão. Policiais foram à casa do policial e a encontraram revirada e vazia.

Além de integrar o PCC, Cigarreira teria uma boa relação com chefes de facções cariocas, como o Comando Vermelho. O suspeito integra o núcleo da facção ligada a Anselmo Santa Fausta, o Cara Preta, morto a tiros em dezembro de 2021, crime em que Gritzbach foi investigado como mandante.

A Polícia Civil disse que chegou a Cigarreira a partir de uma caixa de celular que foi encontrada durante uma busca e apreensão. De acordo com a investigação, ele determinou de forma unilateral a morte de Gritzbach, que foi planejada com a ajuda de Didi, sem que outros líderes do PCC tivessem participado.

Segundo o inquérito oficial, Cigarreira não admitia o fato de Gritzbach ter sido

sequestrado mas depois liberado pelo PCC e ainda delatado integrantes da facção. Ele foi capturado para responder pela morte de Cara Preta e de seu motorista, Antônio Corona Neto, do Sem Sangue, e por um desfalque de R\$ 300 milhões de Santa Fausta. E libertado mediante a promessa de conceder à facção as escrituras de diversos imóveis e as senhas das contas onde estariam os investimentos em criptomoedas.

— A motivação do crime foi a morte do Cara Preta e do Sem Sangue. Agente tem provas técnicas de que eles (Cigarreira e Didi) são os mandantes. Temos um diálogo dizendo que o Didi estava minutos antes (do assassinato) no Cara Preta no carro com ele — disse ontem a delegada Luciana Peixoto, na entrevista coletiva em que foi informado o envio da investigação à Justiça.

A polícia pediu ainda que os mandados de prisão contra os seis indiciados sejam convertidos de prisão temporária, com duração de 30

dias, para preventiva, sem prazo para acabar. A investigação ainda não conseguiu esclarecer a quantia que teria sido paga pelo assassino. Os agentes encontraram diálogos mencionando um montante milionário, mas não localizaram o dinheiro.

— Uma conversa de WhatsApp fala em R\$ 3 milhões pela execução. Tem várias fotos do tenente Genauro gastando em espécie. Ele e o Ruan compraram carro depois do crime e existem fotos de pacotes de dinheiro no celular deles — informou a delegada na coletiva, acrescentando que a polícia deve seguir investigando um núcleo de apoio que teria ajudado na fuga e em outras etapas do crime. — Kauê era dono de uma adega em Osasco. Os PMs (indiciados) são da região de Osasco, Itapevi, trabalharam juntos. A gente tem eles antes do crime, próximos da casa (de Genauro).

COLETIVA SEM PMs

A coletiva de ontem teve apenas policiais civis, embora a força-tarefa também tenha entre seus integrantes originais os coronéis Pedro Lopes, do centro de inteligência da PM, e Fábio Amaral, corregedor da PM. Tanto o secretário de Segurança, Guilherme Derrite, quanto os seus coronéis braços direitos estavam em Londres, em uma feira de segurança. Mas a diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, Ivalda Valeixo, disse na entrevista desconhecer qualquer insatisfação.

— A gente não tem atrito nenhum com a Polícia Militar. A Polícia Militar está fazendo a parte dela e nós a nossa — afirmou Ivalda.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 11